



RELATÓRIO R1

ESTUDOS PARA EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO

Análise Socioambiental

Soluções para aumento da
confiabilidade no atendimento às
cargas de Feijó e Cruzeiro do Sul

ABRIL DE 2025

■ Colaboradores

RELATÓRIO R1

EPE-DEA-SMA-NT-004/2025-REV0

Coordenação Geral

Thiago Ivanoski Teixeira

Coordenação Executiva

Elisângela Medeiros de Almeida

Coordenação Técnica

Paula Cunha Coutinho de Andrade

Equipe Técnica

Bernardo Regis Guimarães de Oliveira

Clayton Borges da Silva

Mathias Luiz Mafort Ouverney

Silvana Andreoli Espig

Angelo Giuseppe da Silva Rosa Filho (Estagiário)

João Mauricio Julião de Souza Lapa (Estagiário)



VALOR PÚBLICO

A EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE TEM POR FINALIDADE PRESTAR SERVIÇOS AO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME) ELABORANDO ESTUDOS E PESQUISAS DESTINADAS A SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO DO SETOR ENERGÉTICO, INCLUINDO ENERGIA ELÉTRICA, PETRÓLEO E GÁS NATURAL E SEUS DERIVADOS E BIOCOMBUSTÍVEIS.

ESTA NOTA TÉCNICA FAZ PARTE DOS ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO, QUE TÊM COMO OBJETIVO GARANTIR O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DA INFRAESTRUTURA DE REDE BÁSICA, PROPONDO SOLUÇÕES QUE BUSQUEM MINIMIZAR OS IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE E POPULAÇÕES SITUADAS NAS REGIÕES DE IMPLANTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS RECOMENDADOS. AUXILIAM AINDA NA PROPOSIÇÃO DE ALTERNATIVAS DE EXPANSÃO QUE CONTRIBUAM PARA O AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO SETOR ELÉTRICO EM RESPOSTA AOS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, TAIS COMO A MAIOR FREQUÊNCIA DE EVENTOS EXTREMOS. COM ISSO, BUSCA-SE FORTALECER A GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA, AUMENTANDO A ACEITAÇÃO PÚBLICA E A EFICIÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS.

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Ministro de Estado
Alexandre Silveira de Oliveira

Secretário-Executivo

Arthur Cerqueira Valerio

Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento
Thiago Vasconcellos Barral Ferreira



Presidente

Thiago Guilherme Ferreira Prado

**Diretor de Estudos Econômico-
Energéticos e Ambientais**

Thiago Ivanoski Teixeira

Diretor de Estudos de Energia Elétrica
Reinaldo da Cruz Garcia

**Diretor de Estudos do Petróleo, Gás e
Biocombustíveis**

Heloisa Borges Bastos Esteves

Diretor de Gestão Corporativa

Carlos Eduardo Cabral Carvalho

<http://www.epe.gov.br>

IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO E REVISÕES

<i>EXECUÇÃO</i>  Empresa de Pesquisa Energética		
<i>PROJETO</i> ESTUDOS PARA A EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO		
<i>ÁREA DE ESTUDO</i> ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL		
<i>NOTA TÉCNICA</i> NT EPE-DEA-SMA 004/2025		
<i>PRODUTO</i> ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DE SOLUÇÕES PARA AUMENTO DA CONFIABILIDADE NO ATENDIMENTO ÀS CARGAS DE FEIJÓ E CRUZEIRO DO SUL		
<i>REVISÕES</i>	<i>DATA</i>	<i>DESCRIÇÃO SUCINTA</i>
Rev0	29/04/2025	Emissão Original

■ Sumário

SIGLÁRIO	8
1. INTRODUÇÃO	9
2. PROCEDIMENTOS	11
2.1 Corredores das linhas de transmissão	11
2.2 Base de dados utilizada	12
3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	14
3.1 Corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1	14
3.2 Corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2.....	27
4. REFERÊNCIAS	40
5. APÊNDICES	43

■ Lista de Figuras

<i>Figura 1 – Localização esquemática dos empreendimentos planejados</i>	<i>10</i>
<i>Figura 2 – Infraestrutura e localização do corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1.....</i>	<i>16</i>
<i>Figura 3 – Uso do solo no trecho oeste do corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1</i>	<i>18</i>
<i>Figura 4 – Uso do solo no trecho central do corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1.....</i>	<i>19</i>
<i>Figura 5 – Uso do solo no trecho leste do corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1</i>	<i>20</i>
<i>Figura 6 – Meio físico no corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1</i>	<i>22</i>
<i>Figura 7 – Processos minerários no corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1</i>	<i>23</i>
<i>Figura 8 – Áreas protegidas e com restrições legais no corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1 ..</i>	<i>25</i>
<i>Figura 9 – Infraestrutura e localização do corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2</i>	<i>29</i>
<i>Figura 10 – Uso do solo no trecho oeste do corredor LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2</i>	<i>31</i>
<i>Figura 11 – Uso do solo no trecho central do corredor LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2.....</i>	<i>32</i>
<i>Figura 12 – Uso do solo no trecho leste do corredor LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2</i>	<i>33</i>
<i>Figura 13 – Meio físico no corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2</i>	<i>35</i>
<i>Figura 14 – Processos minerários no corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2.....</i>	<i>36</i>
<i>Figura 15 – Áreas protegidas e com restrições legais no corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2.....</i>	<i>38</i>

■ Lista de Tabelas

<i>Tabela 1 – Linhas de Transmissão planejadas</i>	<i>9</i>
<i>Tabela 2 – Municípios atravessados pelo corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1.....</i>	<i>15</i>
<i>Tabela 3 – Coordenadas das subestações do corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1</i>	<i>15</i>
<i>Tabela 4 – Linhas de transmissão no corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1.....</i>	<i>15</i>
<i>Tabela 5 – Municípios atravessados pelo corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2</i>	<i>27</i>
<i>Tabela 6 – Coordenadas das subestações do corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2.....</i>	<i>28</i>
<i>Tabela 7 – Linhas de transmissão no corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2</i>	<i>30</i>

SIGLÁRIO

Anac	Agência Nacional de Aviação Civil
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANM	Agência Nacional de Mineração
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis
Cecav	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
C1	1º circuito
C2	2º circuito
Eletrobras	Centrais Elétricas Brasileiras
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FCP	Fundação Cultural Palmares
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LT	Linha de Transmissão
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
OSM	Open Street Map
PA	Projeto de Assentamento Rural
R1	Viabilidade técnico-econômica e socioambiental
R3	Definição da diretriz de traçado e análise socioambiental para linhas de transmissão e subestações
R5	Estimativa de Custos Fundiários
SE	Subestação de Energia
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIGA	Sistema de Informações de Geração da Aneel
SIGEL	Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico
SMA	Superintendência de Meio Ambiente
STE	Superintendência de Transmissão de Energia Elétrica
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União

1. INTRODUÇÃO

A presente nota técnica (NT) apresenta a análise socioambiental elaborada pela Superintendência de Meio Ambiente (SMA) para a solução de transmissão indicada no estudo de planejamento realizado pela Superintendência de Transmissão de Energia (STE) da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para o **estado do Acre**.

Os estudos elétricos buscaram determinar expansões nas redes de transmissão e/ou distribuição por meio de análise de alternativas que promovam o devido atendimento ao critério N-1 para as instalações de Rede Básica e que, necessariamente, eliminem a obrigação de manutenção de qualquer dispêndio com geração de energia local suportada pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) por razões de confiabilidade no suprimento à demanda, conforme detalhado no Relatório EPE-DEE-RE-021/2025-rev0. Para solucionar os problemas elétricos foram recomendadas duas novas linhas de transmissão (LTs).

Todo o detalhamento das análises de desempenho elétrico e econômico para as soluções para aumento da confiabilidade no atendimento às cargas de Feijó e Cruzeiro do Sul, bem como a motivação e justificativa para tais instalações, encontram-se no item de análises econômicas e elétricas do Relatório R1 EPE-DEE-RE-021/2025-rev0.

As linhas de transmissão planejadas estão integralmente localizadas no estado do Acre, área de domínio do bioma Amazônico, sendo observadas extensas áreas com densa formação florestal típica da região Amazônica. Outra característica é a presença de áreas antropizadas, por exemplo pastagens, ao longo das margens das rodovias e ramais da região.

A Tabela 1 apresenta as linhas de transmissão planejadas para a rede básica e a Figura 1 a localização das linhas e características gerais da região.

Tabela 1 – Linhas de Transmissão planejadas

Linha de Transmissão	Extensão aproximada (km)
LT 230 kV Tucumã – Feijó C1	386
LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2	254

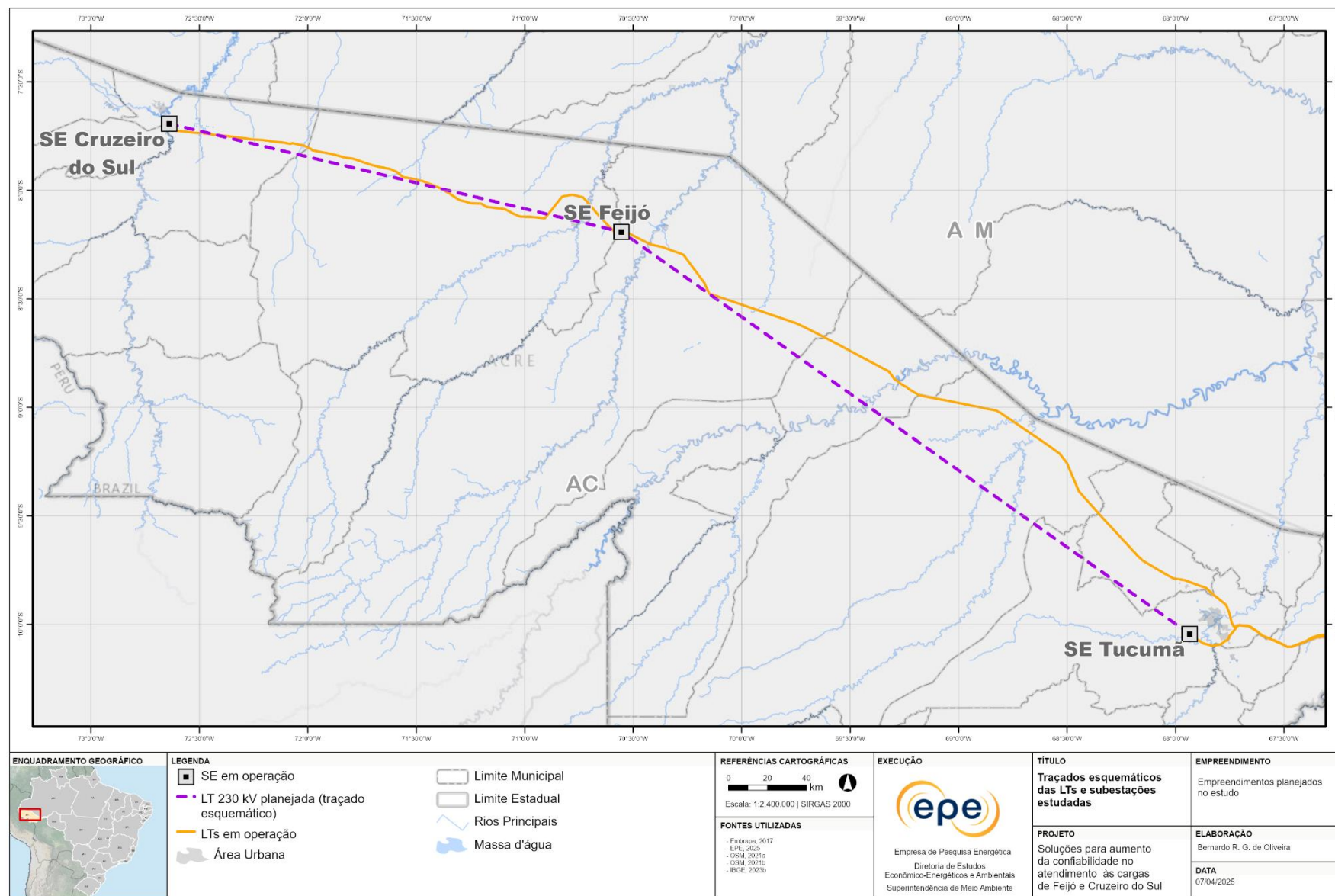


Figura 1 – Localização esquemática dos empreendimentos planejados

2. PROCEDIMENTOS

Nos relatórios R1, as análises socioambientais têm caráter preliminar e focam na região de ocorrência dos empreendimentos para a **definição de corredores de estudo para LTs**, utilizando dados secundários como base.

Por meio de **ferramentas de Sistema de Informações Geográficas (SIG)** e com o auxílio de **imagens de satélite** e **bases cartográficas** dos temas mais relevantes do ponto de vista socioambiental, foram avaliadas as regiões promissoras para o delineamento dos corredores de estudo para a LT 230 kV Tucumã - Feijó C1 e para a LT 230 kV Cruzeiro do Sul - Feijó C2, considerando as premissas indicadas nos estudos elétricos.

Particularmente neste estudo, devido à complexidade socioambiental da região amazônica, e visando atender o Acórdão nº 1789/2019 – TCU – Plenário¹, os estudos socioambientais incluíram tratativas junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em reunião realizada no dia 06/02/2025, a EPE apresentou as premissas do presente estudo, com ênfase no planejamento do empreendimento denominado LT 230 kV Cruzeiro do Sul - Feijó C2. Em seguida, a equipe do Ibama ofereceu contribuições, obtidas pela experiência recente com o processo de licenciamento ambiental da LT 230 kV Cruzeiro do Sul - Feijó C1. A equipe técnica do Ibama se posicionou pela priorização, nos estudos de planejamento, à instalação do C2 nas mesmas estruturas já existentes do C1, conforme já foi considerado no âmbito do aludido processo de licenciamento ambiental. Ressalta-se que dois trechos do primeiro circuito dessa LT foram construídos em torres de circuito duplo. No caso de decisão pela necessidade de novas estruturas, devem-se considerar alternativas locais que acompanhem o empreendimento já existente, conforme estudos e análises técnicas desenvolvidos no licenciamento do C1.

Importante destacar que, após análise da equipe técnica da EPE, optou-se pela recomendação de elaboração dos Relatórios R3 e R5 para todos os empreendimentos de rede básica recomendados neste R1.

2.1 Corredores das linhas de transmissão

Os corredores foram delineados a partir da metodologia de Análise de Convergência, no sentido de possibilitar alternativas factíveis e menos impactantes de traçado para as LTs planejadas. Tais

¹ O Acórdão nº 1789/2019 – TCU – Plenário recomenda a consulta ao Ibama na fase de planejamento de empreendimentos de infraestrutura, “a fim de que o referido instituto obtenha conhecimento prévio dos projetos e possa participar da discussão envolvendo a sua viabilidade ambiental, de forma facilitar e agilizar a concessão de sua licença ambiental.

corredores deverão ser estudados com maior nível de detalhamento durante a elaboração dos relatórios R3, visando a definição das diretrizes das Linhas de Transmissão.

A Análise de Convergência baseia-se na análise individual de dois ou mais analistas que, de forma independente, elaboram suas proposições de traçado de LTs ou de localização de subestação. Posteriormente, as propostas locacionais e respectivos critérios de definição são confrontados e discutidos com vistas à redução de subjetividades, de modo a se convergir para resultados com maior ganho de efetividade na definição de traçados preliminares para comparação de alternativas elétricas, bem como para definição de corredores e áreas referenciais de subestações no âmbito do Relatório R1.

A caracterização socioambiental de cada um dos corredores apresentados nesta nota técnica contempla mapas de temas relevantes, os aspectos determinantes para a sua delimitação e a localização das áreas de sensibilidade socioambiental e/ou restritivas para a implantação dos empreendimentos. Ao final da caracterização de cada corredor, são apresentadas as recomendações para a definição do traçado da LT quando da elaboração do relatório R3.

2.2 Base de dados utilizada

Para a elaboração da análise socioambiental foram consultadas e/ou utilizadas informações das seguintes bases de dados:

- Aeródromos Públicos e Privados (Anac, 2025)
- Base Cartográfica Integrada do Brasil ao Milionésimo Digital, incluindo hidrografia, divisão territorial, áreas militares e sistema viário (IBGE, 2016)
- Base Map (ESRI, 2025)
- Cavidades Naturais Subterrâneas (ICMBio/Cecav/Canie, 2024)
- Declividade em Percentual do Relevo Brasileiro (CPRM, 2010)
- Curso d'água Detalhado (IBGE, 2023a)
- Curso d'água (OSM, 2021b)
- Gasodutos (EPE, 2024)
- Ferrovias (OSM, 2021d)
- Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil (Embrapa, 2017)
- Imagens disponíveis no Google Earth Pro (Google, 2025)
- Limites Municipais e Estaduais Brasileiros (IBGE, 2023b)
- Linhas de transmissão e subestações existentes e planejadas (EPE, 2025)

- Mapa das Áreas de Ocorrência de Cavernas do Brasil (ICMBio, 2018)
- Mapa de divisão regional do Brasil em regiões Intermediárias e Imediatas (IBGE, 2023b)
- Mapa de Potencialidade de Ocorrência de Cavernas no Brasil (ICMBio, 2012)
- Mapeamento do uso do solo do território brasileiro (MapBiomas, 2024)
- Massa d'água (OSM, 2021a)
- Processos Minerários (ANM, 2025)
- Projetos de Assentamento (Incra, 2025a)
- Rede Viária (OSM, 2021c)
- Relevo sombreado (Inpe, 2011)
- Sítios arqueológicos georreferenciados (Iphan, 2025a)
- Terras Indígenas (Funai, 2025)
- Terreno Sujeito à Inundação (IBGE, 2016)
- Territórios Quilombolas (Incra, 2025b; FCP, 2025)
- Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais (MMA, 2025; Eletrobras, 2019)
- Unidades de Geração de Energia Elétrica (Aneel/SIGA, 2025a; Aneel/Sigel, 2025b)

3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Os subitens seguintes apresentam a caracterização socioambiental dos corredores indicados para cada LT planejada.

3.1 Corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1

A interligação entre a SE Tucumã e a SE Feijó, ambas em operação, está prevista para ser realizada por uma LT em circuito simples de 230 kV. Trata-se de uma obra com data prevista para entrada em operação comercial no ano de 2031.

Caracterização do corredor selecionado

O corredor proposto para a LT 230 kV Tucumã – Feijó C1 foi elaborado com **10 km de largura** e seu eixo possui aproximadamente **386 km de extensão**, com faixa de servidão referencial de **45 m**. Caso o traçado da diretriz seja indicado fora do corredor, deverá constar no Relatório R3 justificativa fundamentada para tal.

Os principais norteadores para o delineamento do corredor foram possibilitar desvio de **unidades de conservação da natureza**, evitar **áreas de formação florestal preservadas** e seguir em **paralelo** com a **LT 230 kV Feijó - Rio Branco I, C1** e com a **rodovia BR-364**.

A partir da SE Tucumã, localizada à sudoeste da área urbana de Rio Branco, o corredor segue no sentido oeste, em paralelo a rodovia AC-090 por aproximadamente 48 km. Nesse trecho inicial, há possibilidades no corredor para evitar interferências na APA Municipal Igarapé São Francisco, no município de Rio Branco.

Em seguida o corredor segue na direção norte por aproximadamente 38 km até alcançar a LT 230 kV Feijó - Rio Branco I, C1, localizada às margens da rodovia BR-364. A partir desse ponto a LT planejada segue em paralelo a LT instalada por aproximadamente 300 km até chegar na SE Feijó.

Infraestrutura e localização

O corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1 está inserido no estado do Acre, atravessando **seis municípios**, conforme se observa na Tabela 2 e Figura 2. As áreas urbanas de Sena Madureira e de Manoel Urbano são parcialmente englobadas pelo corredor, mas com possibilidades de desvio pela LT planejada.

A SE Tucumã está localizada na área rural do município de Rio Branco, ao lado da rodovia AC-090, cerca de 11 km em linha reta da sede municipal. A SE Feijó está localizada na área rural de Feijó, ao lado da rodovia BR-364, cerca de 2km do limite municipal de Tarauacá e aproximadamente 21km da sede de Feijó. As coordenadas das subestações do corredor são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 2 – Municípios atravessados pelo corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1

UF	Região Geográfica		Município
	Intermediária	Imediata	
AC	Cruzeiro do Sul	Tarauacá	Feijó
			Tarauacá
	Rio Branco	Sena Madureira	Manoel Urbano
			Sena Madureira
		Rio Branco	Bujari
			Rio Branco

Tabela 3 – Coordenadas das subestações do corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1

Subestação	Status	Coordenadas (SIRGAS 2000)		Município	Estado
		Latitude	Longitude		
Tucumã	Operação	10° 2'35.08"S	67°56'11.98"O	Rio Branco	AC
Feijó	Operação	8°11'29.17"S	70°33'15.20"O	Feijó	AC

O **apoio viário** na região é feito principalmente pelas rodovias federal (BR-364) e estadual (AC-090), e por estradas vicinais e vias secundárias, que podem favorecer o acesso durante o processo construtivo da linha planejada.

No município de Manoel Urbano, o corredor sobrepõe um aeródromo, localizado na margem esquerda do rio Purus, contudo há possibilidade de afastamento da LT.

O corredor abrange **quatro LTs** ao longo de sua extensão, todas existentes, na tensão de 230 kV, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Linhas de transmissão no corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1

Status	Nome
Em operação	LT 230 kV Feijó - Rio Branco I, C1
	LT 230 kV Feijó - Cruzeiro do Sul, C1
	LT 230 kV Rio Branco I - Tucumã, C1
	LT 230 kV Abunã - Tucumã, C1

Em relação a empreendimentos de geração, de acordo com a Aneel (2025b), o corredor sobrepõe **cinco pequenas termoelétricas**, todas em operação.

De acordo com a base de dados consultada, não foram identificadas sobreposições do corredor com usinas hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, centrais geradoras hidrelétricas, usinas fotovoltaicas, parques eólicos, dutos e ferrovias.

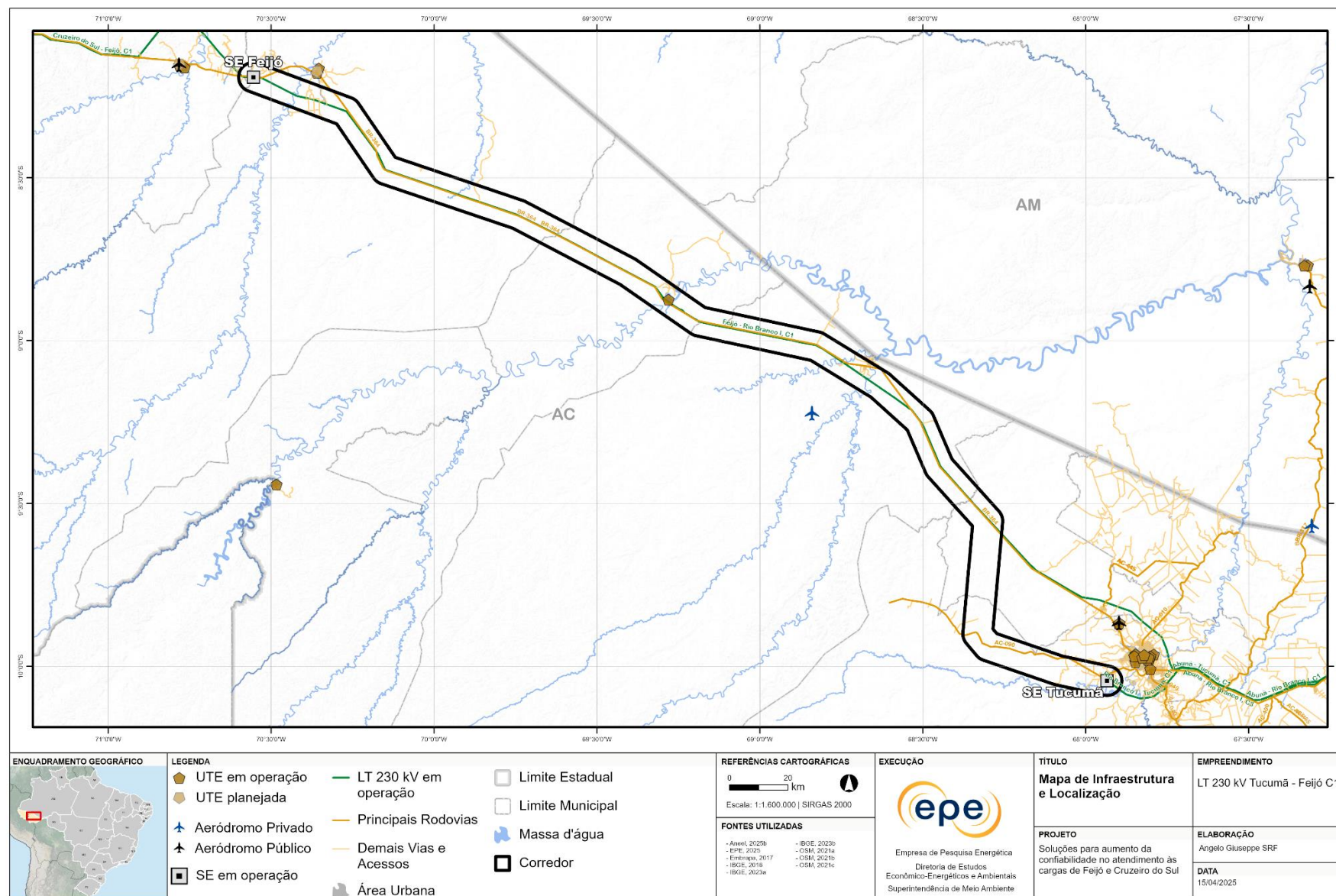


Figura 2 – Infraestrutura e localização do corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1

Vegetação e uso do solo

Segundo dados do MapBiomias (2024), coleção 9, a área do corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1 está inserida no Bioma Amazônia e é composta majoritariamente de vegetação nativa florestal (50%) e pastagem (49%). Essa distribuição é apresentada nas Figuras 3, 4 e 5.

No trecho leste, próximo à capital do estado, Rio Branco, observa-se maior antropização, com domínio das áreas de pastagem em relação à outras classes. Igualmente, encontra-se também nessa área uma maior concentração de lagos artificiais e pequenas barragens, em geral, associadas à dessedentação animal, aquicultura ou regulação de vazão, de acordo com o sistema nacional de informações sobre segurança de barragens (SNISB, 2025).

Devido aos recentes altos índices de desmatamento, os municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Manoel Urbano, Tarauacá e Feijó foram incluídos na lista de municípios situados no bioma Amazônia considerados prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal, segundo anexo I da portaria Nº 834 de novembro de 2023, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA, 2023). Os cinco municípios listados são sobrepostos pelo corredor.

No trecho central, é importante ressaltar que há sobreposição do corredor com parte das áreas urbanas das cidades de Sena Madureira e Manuel Urbano.

Algumas formações campestres e florestas alagáveis também são encontradas dentro do corredor da LT.

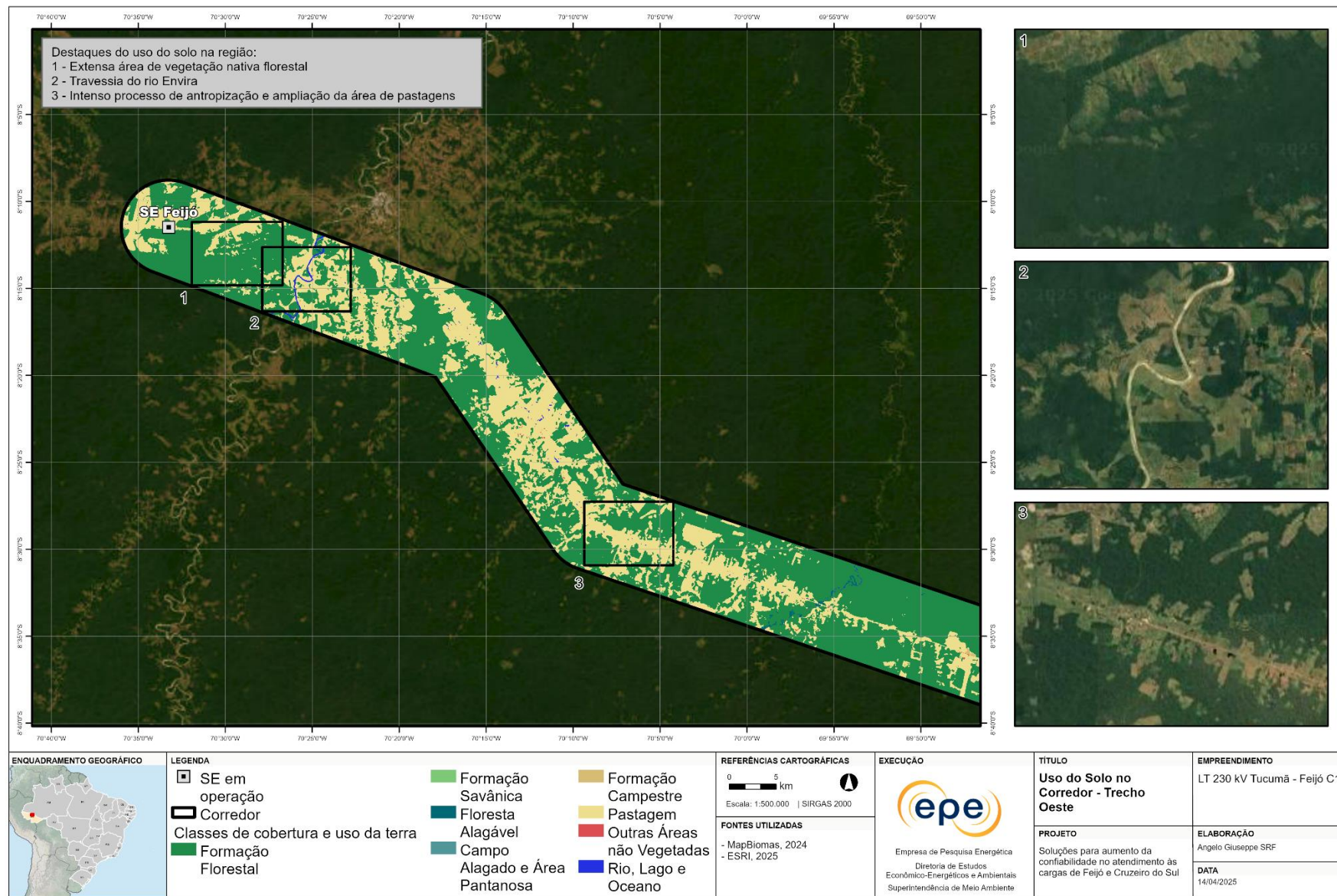


Figura 3 – Uso do solo no trecho oeste do corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1

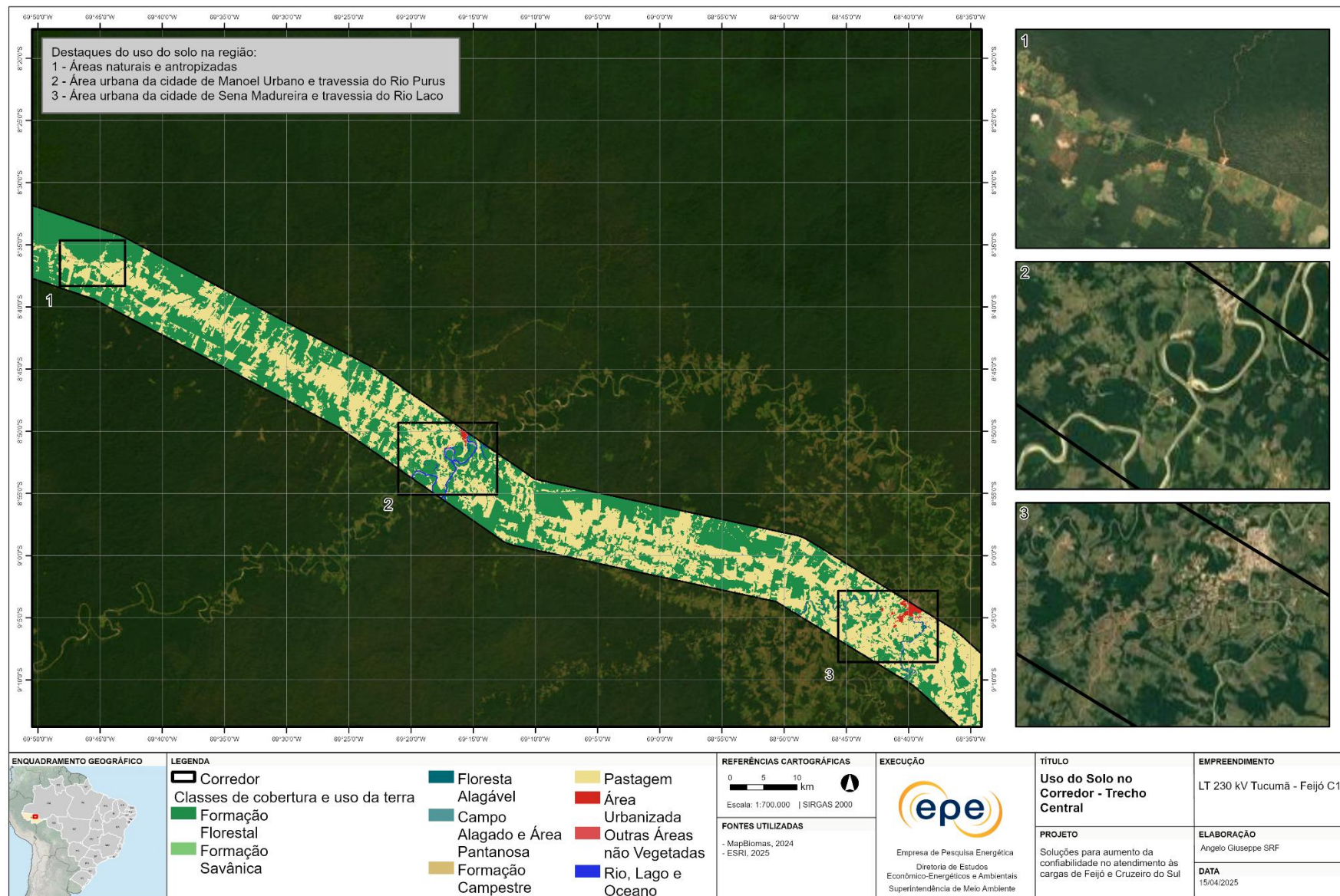


Figura 4 – Uso do solo no trecho central do corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1

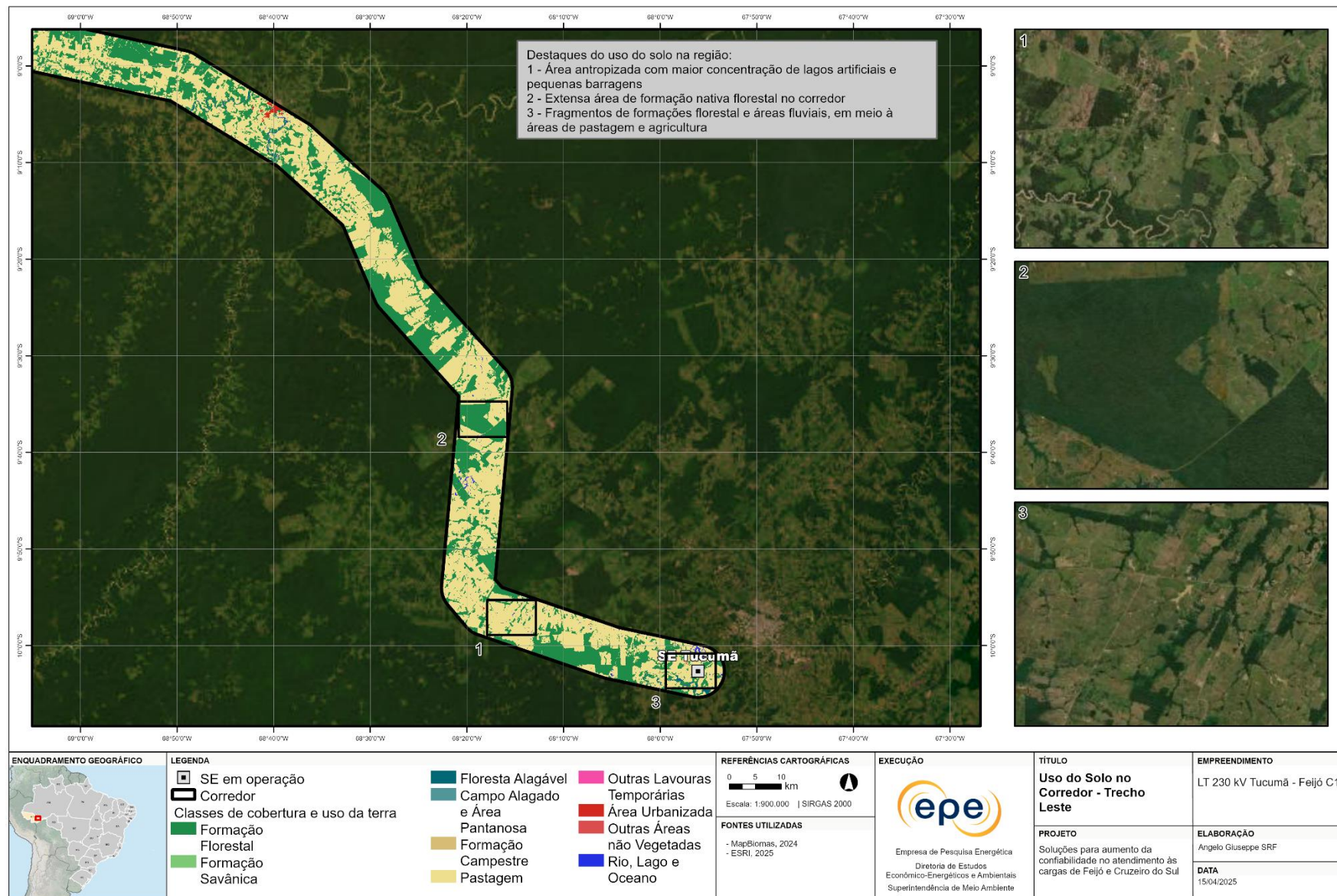


Figura 5 – Uso do solo no trecho leste do corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1

Meio físico

O relevo da região é predominantemente suave a ondulado, de origem sedimentar, com declividade variando entre 3% e 8% e trechos ondulados. Este relevo é interceptado por faixas de planícies aluviais ao longo dos rios, onde a topografia se torna plana, com declividades entre 0% e 3% (Figura 6). Essas áreas são formadas por depósitos aluvionares constituídos de areias, siltes e argilas. Entre a SE Tucumã e o rio Antimari o relevo é composto por colinas amplas e suaves com declividades entre 3% e 8% justapostas a áreas planas.

Dentre os principais rios que cortam a região, destacam-se o Envira, o Jurupari, o Purus, o Caeté e o Iaco e Antimari. Vale mencionar que o rio Purus possui trechos meandantes nas proximidades da cidade de Manoel Urbano. A travessia desses rios não exige a instalação de torres especiais.

Processos minerários

De acordo com a ANM (2025), foram identificados **29 polígonos de processos minerários** em fases diversificadas no corredor, a maioria em fase de requerimento de licenciamento, requerimento de pesquisa e autorização de pesquisa. Em estágios mais avançados existem seis processos em fase de licenciamento e apenas dois processos em fase de requerimento de lavra. As principais substâncias são para extração de areia e argila (Figura 7).

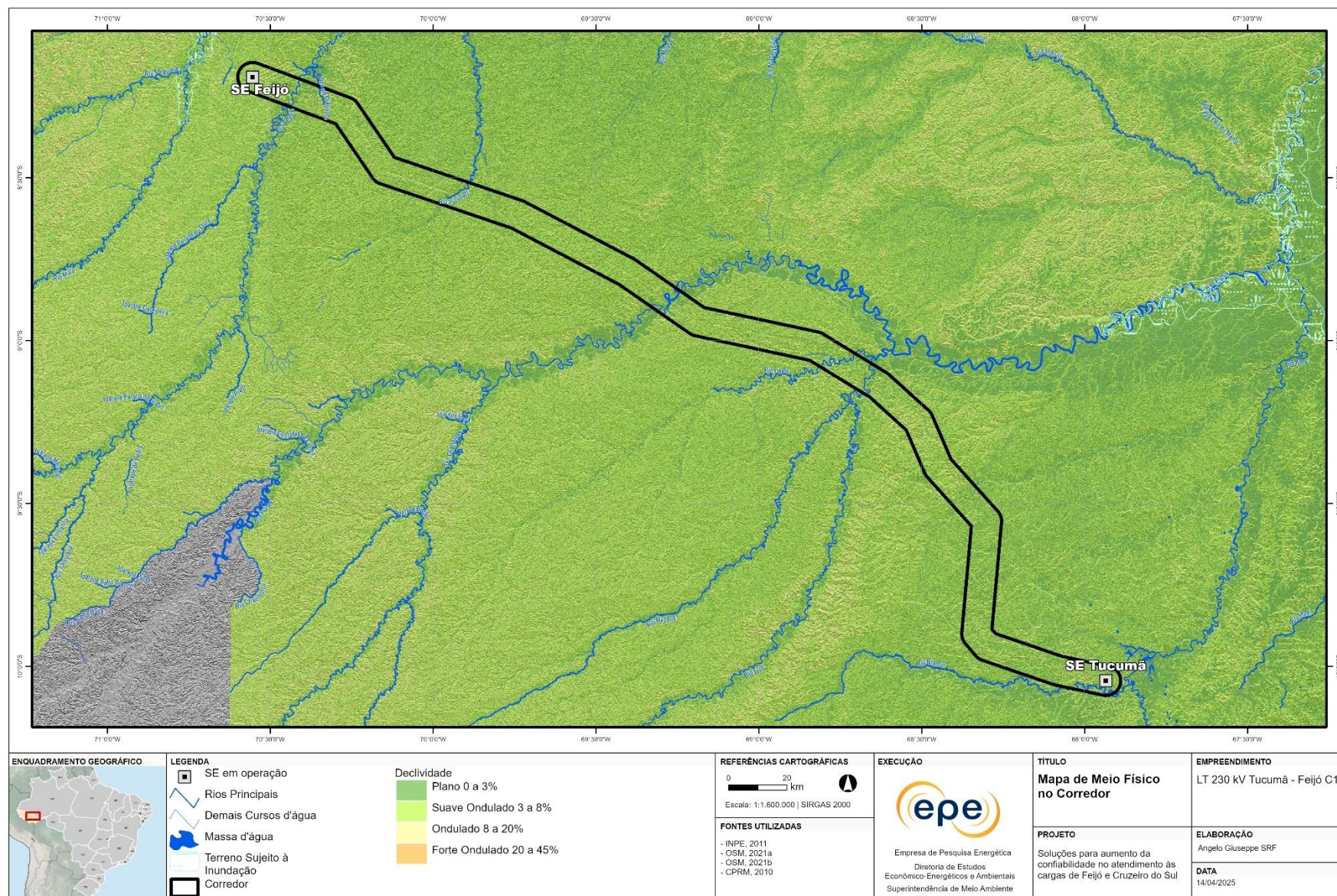


Figura 6 – Meio físico no corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1

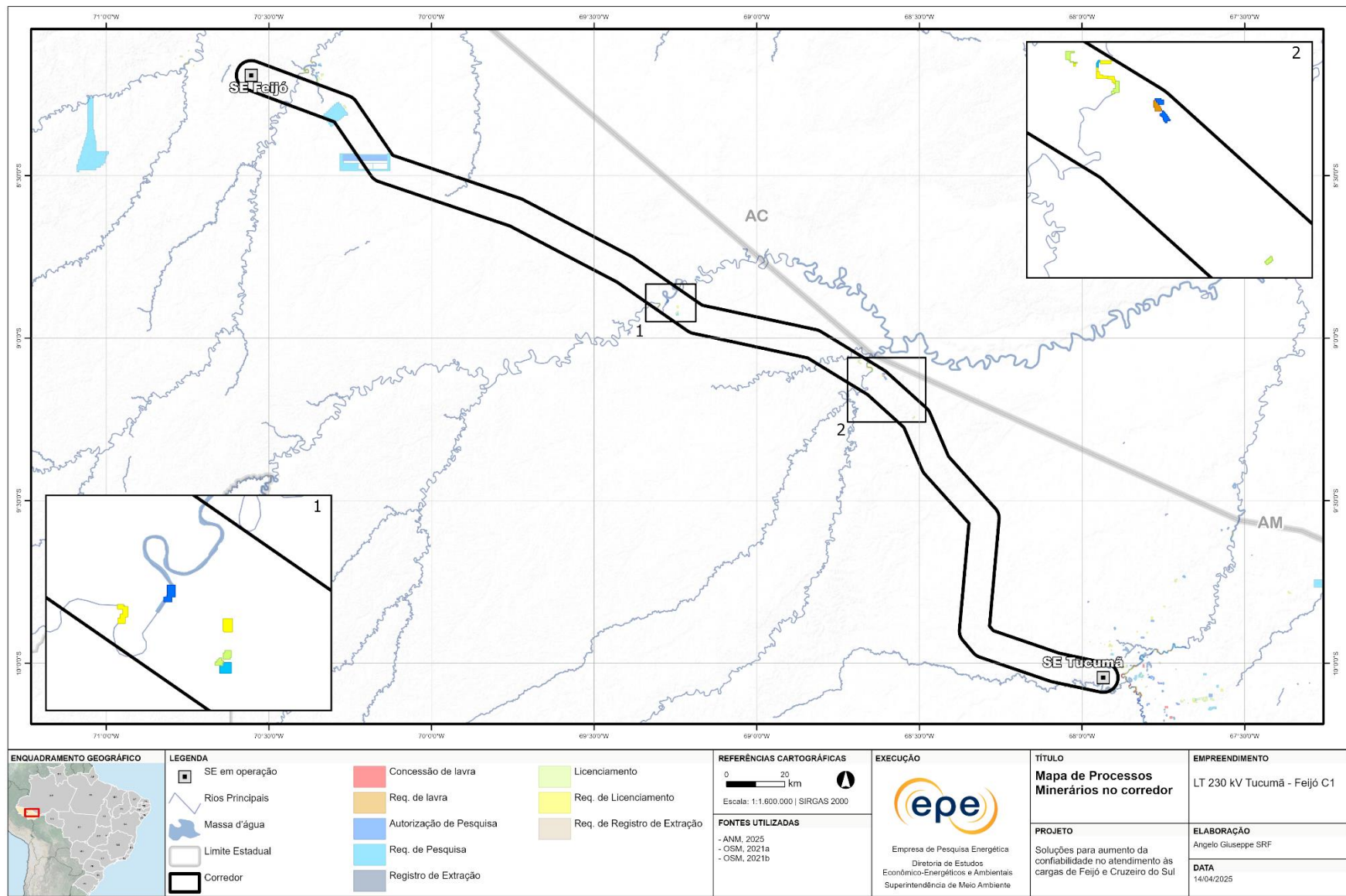


Figura 7 – Processos minerários no corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1

Áreas protegidas e com restrições legais

Ao longo do corredor, há interferência com duas unidades de conservação (UCs) de uso sustentável, a APA Municipal Igarapé São Francisco e a Floresta Estadual do Afluente do Complexo do Seringal Jurupari. Além disso, verifica-se a interferência do corredor com a zona de amortecimento da Reserva Extrativista Cazumba-Iracema.

Em consulta à base de dados de sítios arqueológicos georreferenciados, foram identificados 26 sítios arqueológicos no corredor (Iphan, 2025a). De acordo com os dados do portal do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), há registro de outros sítios arqueológicos nos municípios atravessados pelo corredor (Iphan, 2025b). Como esse sistema de busca não possui representação cartográfica, tais sítios eventualmente podem também estar situados na área do corredor.

Em relação à potencialidade de ocorrência de cavernas (ICMBio, 2012), o corredor atravessa áreas classificadas com médio e baixo potencial para a ocorrência de cavidades subterrâneas. Em consulta à base de dados geoespaciais do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (ICMBio/Cecav/Canie, 2024) e ao Mapa das Áreas de Ocorrência de Cavernas do Brasil (ICMBio, 2018), não foram observadas cavidades naturais no corredor.

A análise de sobreposição com projetos de assentamento (PA) registrados no Incra (2025a) identificou a interferência direta com 14 PA ao longo do corredor analisado, conforme mostra a Figura 8.

De acordo com a base de dados consultada, não há registro de terra indígena, território quilombola e caverna no corredor.

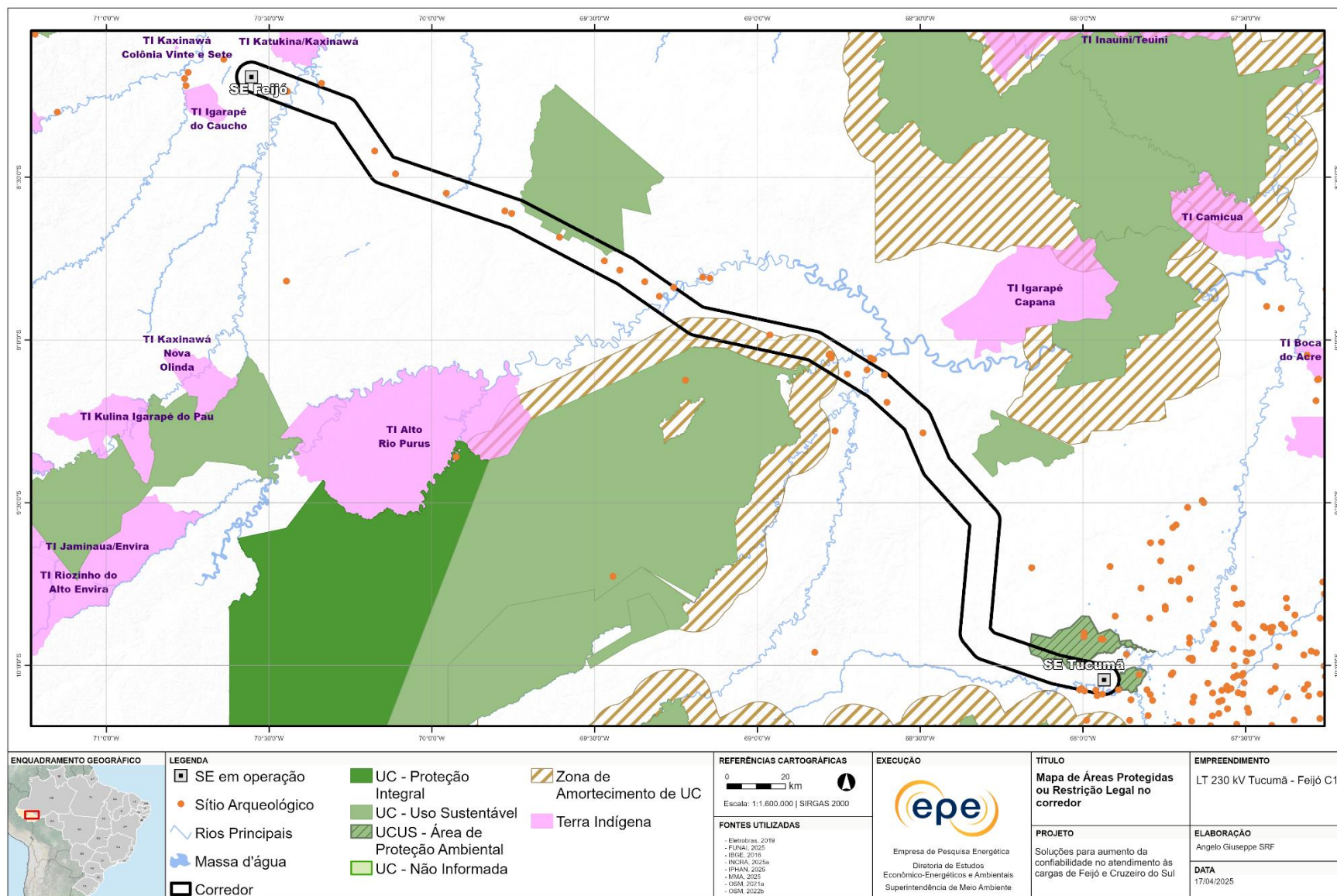


Figura 8 – Áreas protegidas e com restrições legais no corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1

Recomendações para o Relatório R3

Deverão ser estudadas criteriosamente, durante a elaboração do Relatório R3 deste empreendimento, opções de traçado para a futura LT, escolhendo-se a alternativa mais viável do ponto de vista socioambiental, fundiário e construtivo. A seguir, são apresentadas as principais recomendações para a definição da diretriz da LT planejada, quando da elaboração do referido relatório:

- Considerar os arranjos da SE Tucumã e da SE Feijó de forma a compatibilizar a diretriz com o espaço reservado para a conexão da LT planejada.
- Avaliar a possibilidade de o traçado seguir em paralelo às linhas de transmissão existentes, de forma a aproveitar os acessos, minimizando a supressão de vegetação na fase de construção.
- Atentar para a travessia de áreas classificadas com potencial médio para a ocorrência de cavidades subterrâneas.
- Evitar interferência com os sítios arqueológicos sobrepostos pelo corredor.
- Verificar a localização dos sítios arqueológicos cadastrados nos municípios do corredor, para que a diretriz da LT planejada não tenha qualquer interferência nesses sítios.
- Minimizar as interferências com os assentamentos rurais existentes.
- Evitar que a diretriz da linha de transmissão planejada interfira com a vegetação nativa e com as áreas de preservação permanente – APP, priorizando-se as áreas já antropizadas.
- Minimizar as interferências com as unidades de conservação de uso sustentável.
- Evitar ou minimizar sobreposição com os processos minerários abrangidos pelo corredor, desviando daqueles que se encontram em estágios mais avançados.
- Buscar, sempre que possível, proximidade com rodovias e vias de acesso existentes.

3.2 Corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2

A ligação entre a SE Cruzeiro do Sul e a SE Feijó, ambas em operação, está prevista para ser realizada em um circuito simples de 230 kV. Trata-se de uma obra com data prevista para entrada em operação comercial no ano de 2031.

Caracterização do corredor selecionado

O corredor proposto para a LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2 foi elaborado com **10 km de largura** e seu eixo possui aproximadamente **254 km de extensão**, com faixa de servidão referencial de **45 m**. Caso o traçado da diretriz seja indicado fora do corredor, deverá constar no Relatório R3 justificativa fundamentada para tal.

Os principais norteadores para o delineamento do corredor foram evitar **áreas de formação florestal preservadas** e seguir em **paralelo** com a **LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C1** e com as **rodovias BR-364 e BR-307**.

A partir da SE Cruzeiro do Sul, o corredor segue por 3 km no sentido sul, em paralelo à rodovia BR-307 e ao 1º circuito da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó, até alcançar rodovia BR-364. A partir desse ponto, o corredor segue no sentido leste e continua em paralelo à rodovia BR-364 e ao 1º circuito da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó, por aproximadamente 200 km. Nesse trecho, ainda no município de Cruzeiro do Sul, o corredor atravessa a TI Campinas/Katukina.

Aproximadamente 14 km antes da chegada à área urbana de Tarauacá, o corredor faz um desvio ao norte da TI Kaxinawá Colônia Vinte e Sete. Após percorrer 48 km, retorna ao paralelismo com a BR-364 por mais 4 km até alcançar a SE Feijó.

Infraestrutura e localização

O corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2 está inserido no estado do Acre, atravessando **quatro municípios** da região intermediária de Cruzeiro do Sul, conforme se observa na Tabela 5 e Figura 9. A área urbana de Rodrigues Alves é englobada pelo corredor, mas com possibilidades de desvio pela LT planejada.

Tabela 5 – Municípios atravessados pelo corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2

UF	Região Geográfica		Município
	Intermediária	Imediata	
AC	Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul
			Rodrigues Alves
		Tarauacá	Feijó
			Tarauacá

A SE Cruzeiro do Sul está localizada na área rural do município de Cruzeiro do Sul, ao lado da rodovia BR-307, cerca de 6 km em linha reta da sede municipal. A SE Feijó está localizada na área rural de Feijó, ao lado da rodovia BR-364, cerca de 22 km da sede desse município. As coordenadas das subestações do corredor são apresentadas na Tabela 6 a seguir.

Tabela 6 – Coordenadas das subestações do corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2

Subestação	Status	Coordenadas (SIRGAS 2000)		Município	Estado
		Latitude	Longitude		
Cruzeiro do Sul	Operação	7°41'35.20"S	72°38'19.68"O	Cruzeiro do Sul	AC
Feijó	Operação	8°11'29.17"S	70°33'15.20"O	Feijó	AC

O **apoio viário** na região é feito principalmente pelas rodovias federais (BR-364 e BR-307), e por estradas vicinais e vias secundárias, que podem favorecer o acesso durante o processo construtivo da linha planejada.

De acordo com a base de dados consultada, não há aeródromos, dutos, ferrovias, pequenas centrais hidrelétricas, usina termoelétricas, usinas fotovoltaicas, parques eólicos, usinas hidrelétricas e centrais geradoras hidrelétricas no interior do corredor.

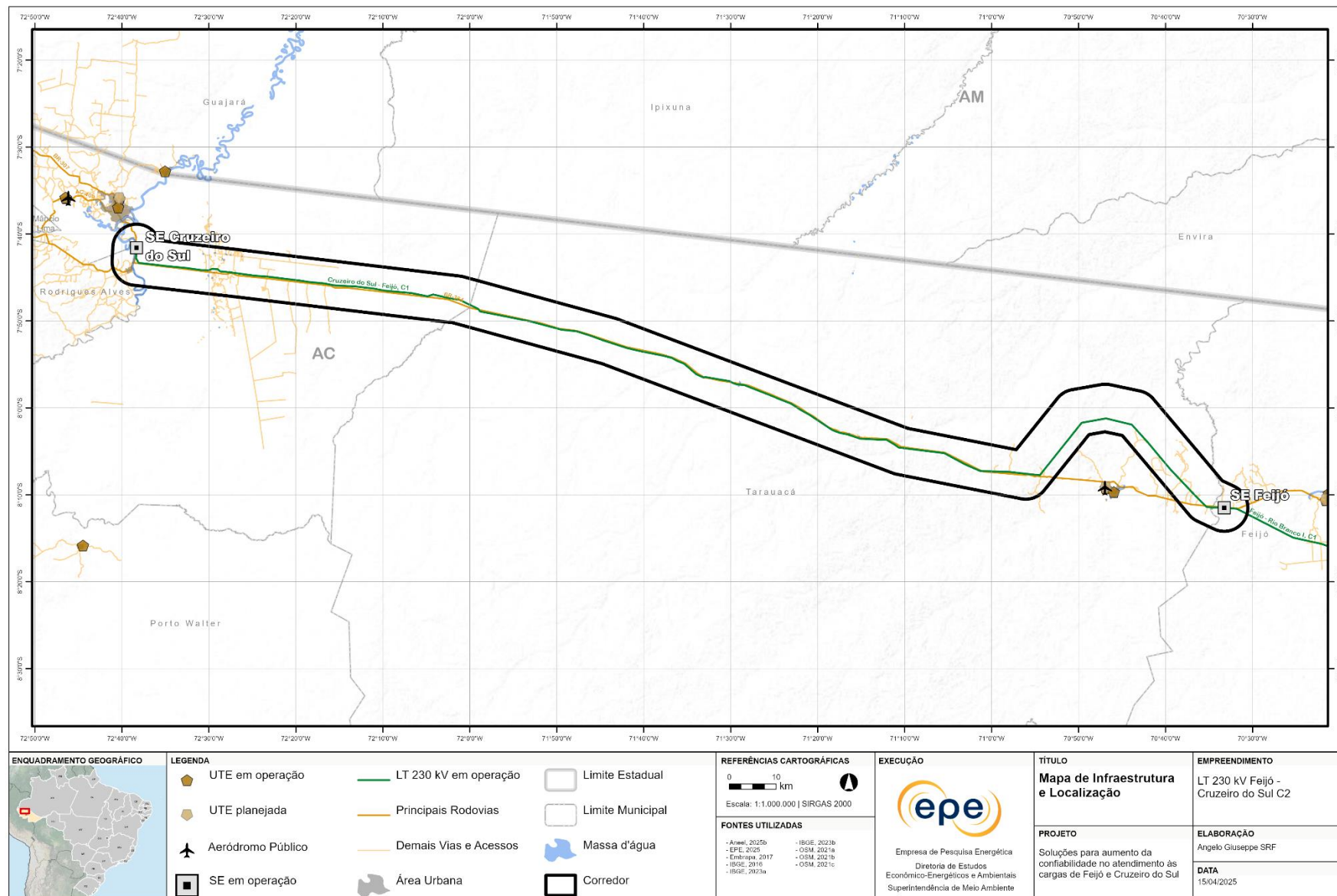


Figura 9 – Infraestrutura e localização do corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2

O corredor abrange duas LTs ao longo de sua extensão, ambas existentes, na tensão de 230 kV (Tabela 7).

Tabela 7 – Linhas de transmissão no corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2

Status	Nome
Em operação	LT 230 kV Cruzeiro do Sul - Feijó, C1
	LT 230 kV Feijó - Rio Branco I, C1

De acordo com a base de dados consultada, não foram identificadas sobreposições do corredor com usinas hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, centrais geradoras hidrelétricas, usinas termoelétricas, usinas fotovoltaicas, parques eólicos, dutos e ferrovias.

Vegetação e uso do solo

Segundo dados do MapBiomias (2024), coleção 9, a área do corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2 está inserida no Bioma Amazônia e é composta majoritariamente de vegetação nativa florestal (70%) e pastagem (28%). Essa distribuição é apresentada nas Figuras 10,11 e 12.

No trecho leste, próximo às cidades de Feijó e Tarauacá, observa-se maior antropização, com domínio das áreas de pastagem em relação à outras classes. Devido aos recentes altos índices de desmatamento, os municípios de Feijó e Tarauacá foram incluídos na lista de municípios situados no bioma Amazônia considerados prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal, segundo anexo I da portaria Nº 834 de novembro de 2023, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA, 2023). Os dois municípios listados são sobrepostos pelo corredor.

No trecho central do corredor, encontra-se uma maior concentração de lagos artificiais e pequenas barragens, em geral, associadas à dessedentação animal, de acordo com o sistema nacional de informações sobre segurança de barragens (SNISB, 2025).

Algumas formações campestres e florestas alagáveis também são encontradas dentro do corredor da LT.

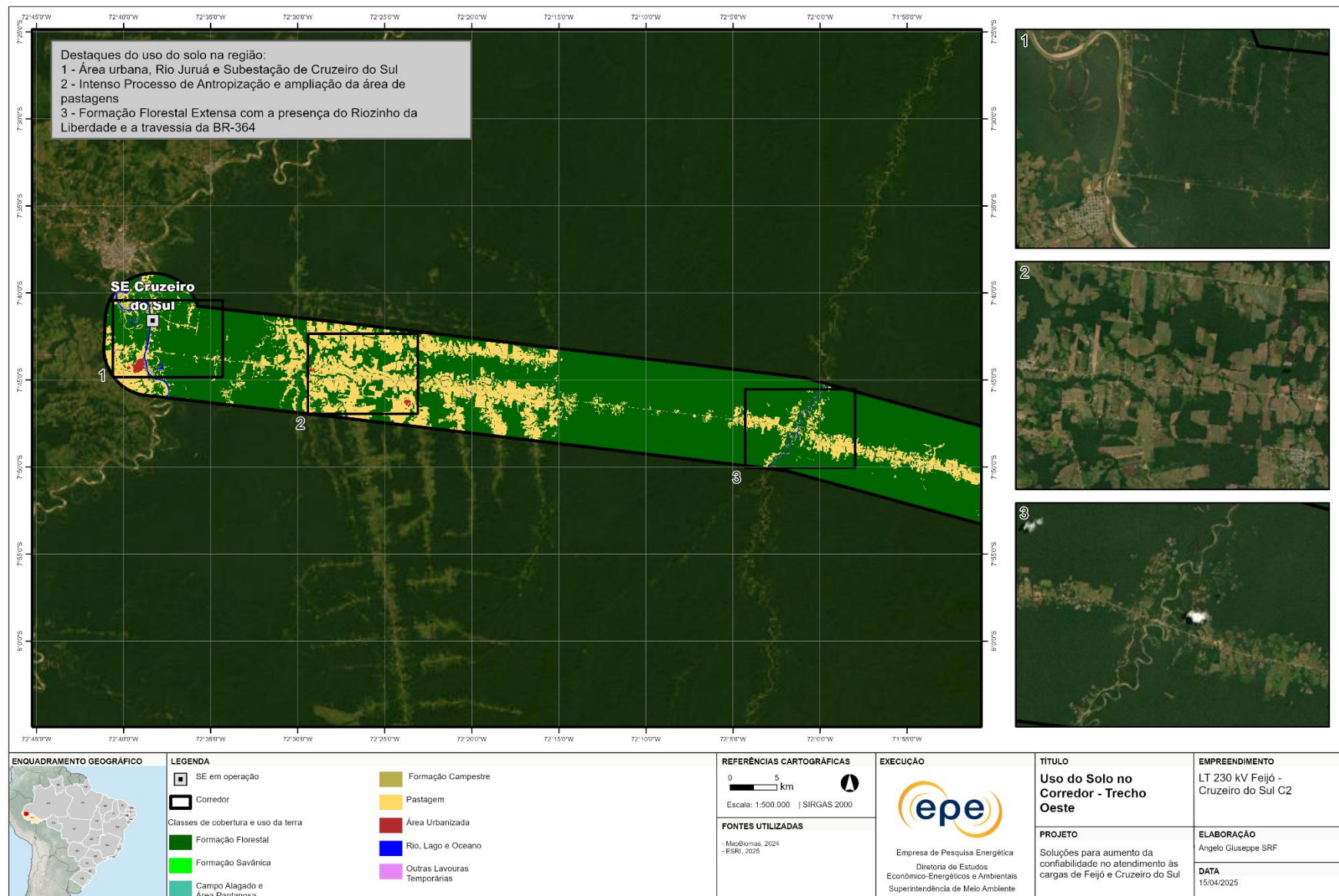


Figura 10 – Uso do solo no trecho oeste do corredor LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2

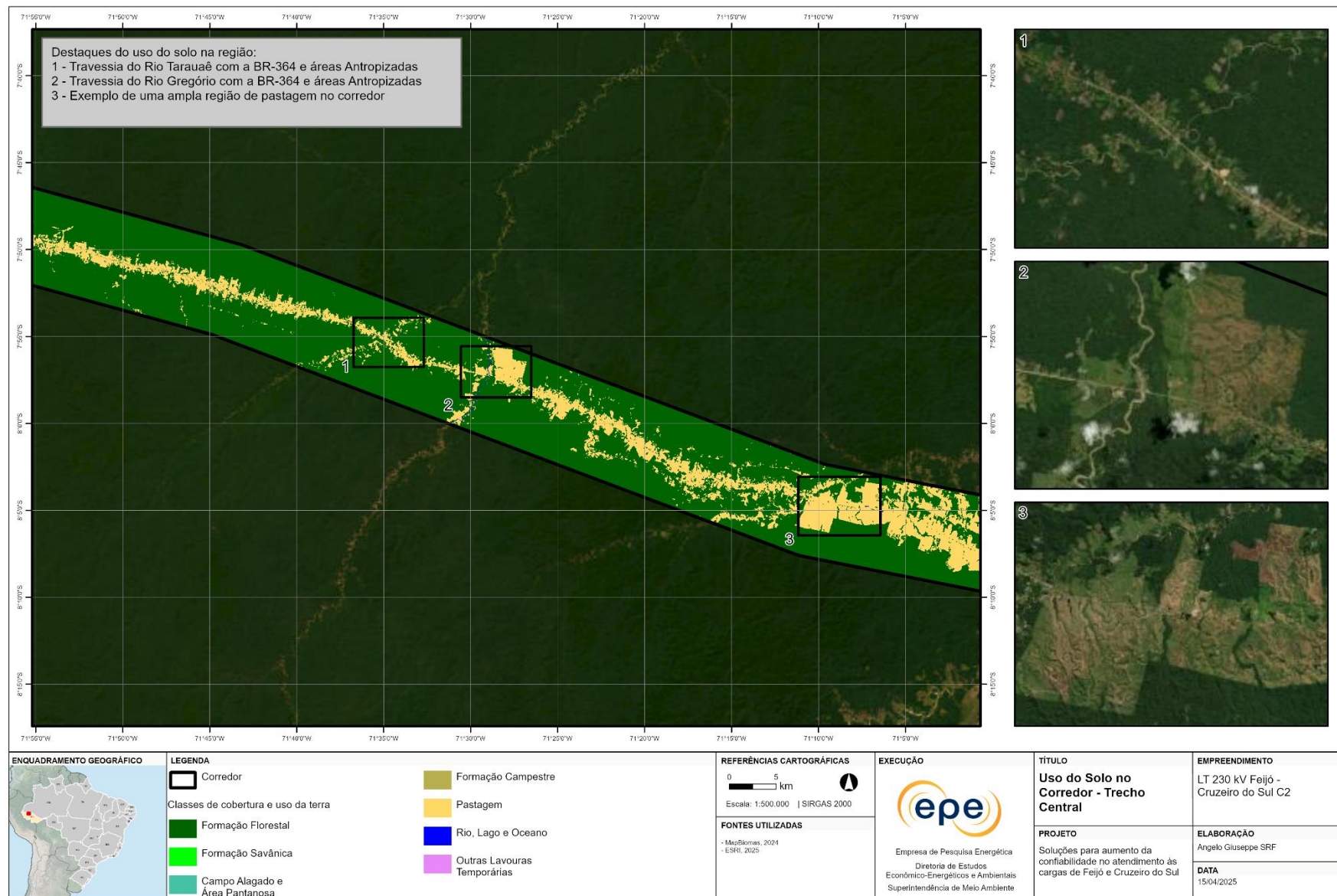


Figura 11 – Uso do solo no trecho central do corredor LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2

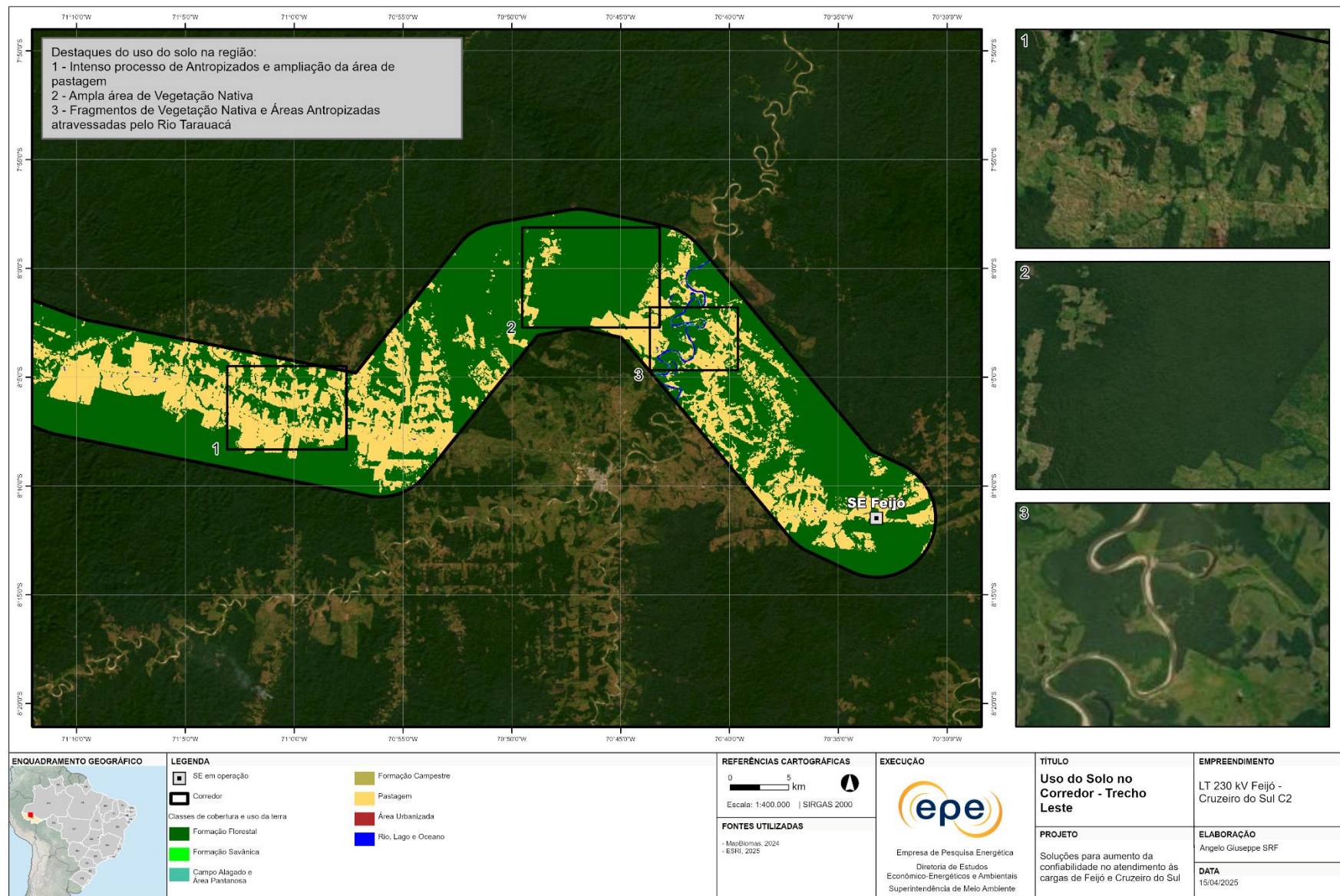


Figura 12 – Uso do solo no trecho leste do corredor LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2

Meio físico

O corredor é caracterizado predominantemente por colinas dissecadas e morros baixos de origem sedimentar. A declividade varia entre suave ondulada (3% a 8%) e áreas planas (0% a 3%), com exceção das proximidades da SE Feijó, onde o relevo se torna mais acidentado, apresentando declives entre 8% e 20% (Figura 13). A região é atravessada por importantes cursos d'água, como os rios Tarauacá, Gregório, Liberdade, Campinas, Lagoinha e Juruá, que marcam a paisagem com suas planícies aluviais. Vale mencionar que o rio Tarauacá possui trechos meandantes nas proximidades da cidade de Tarauacá. A travessia desses rios não exige a instalação de torres especiais.

Processos minerários

De acordo com a ANM (2025), foram identificados **13 polígonos de processos minerários** no corredor, a maioria em fase de autorização de pesquisa. O único processo em estágio mais avançado, em fase de requerimento de lavra garimpeira, para extração de diamante localiza-se no extremo oeste do corredor em área que não deve ser impactada pelo empreendimento. Os demais processos se destinam à extração de areia e argila (Figura 14).

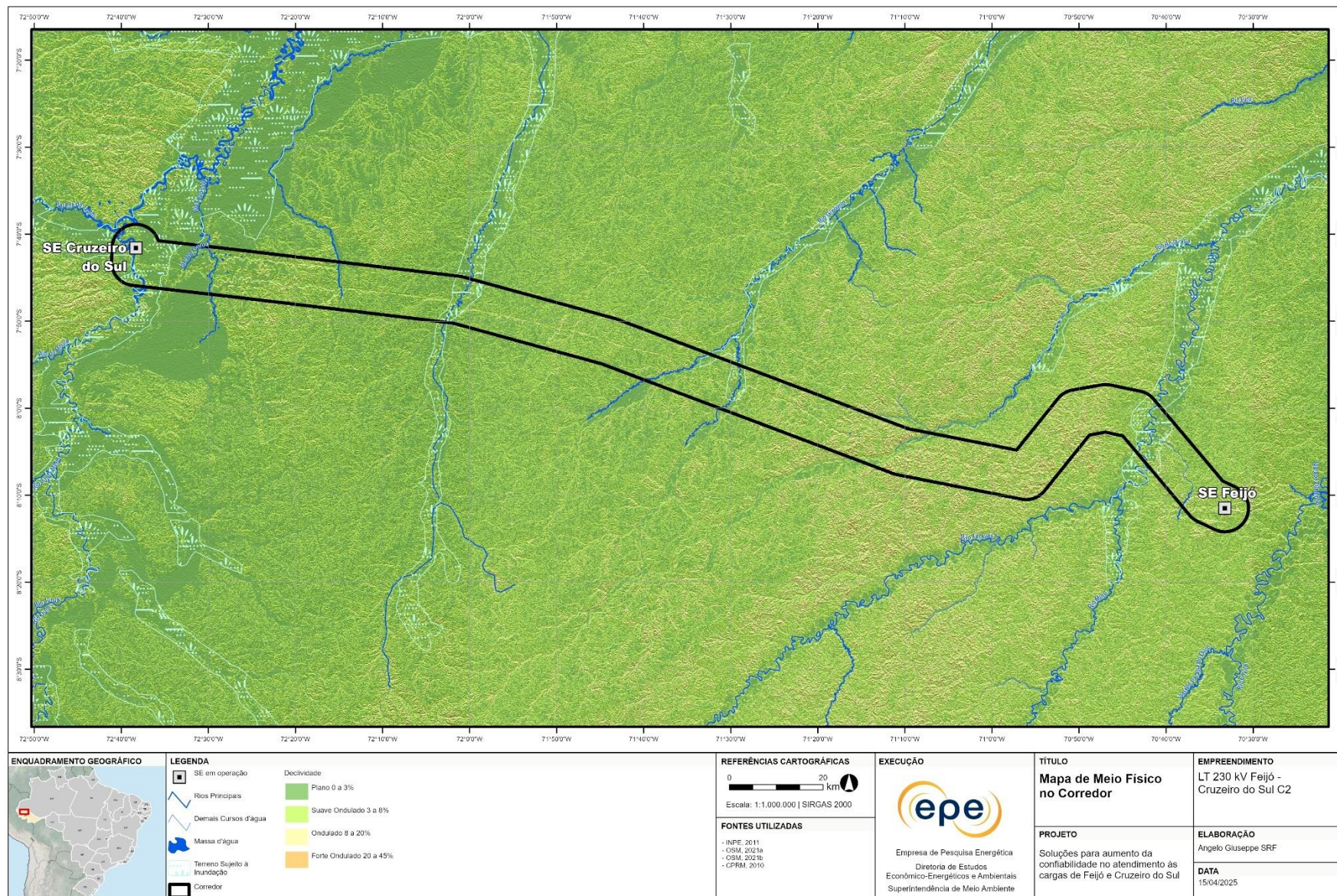


Figura 13 – Meio físico no corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2

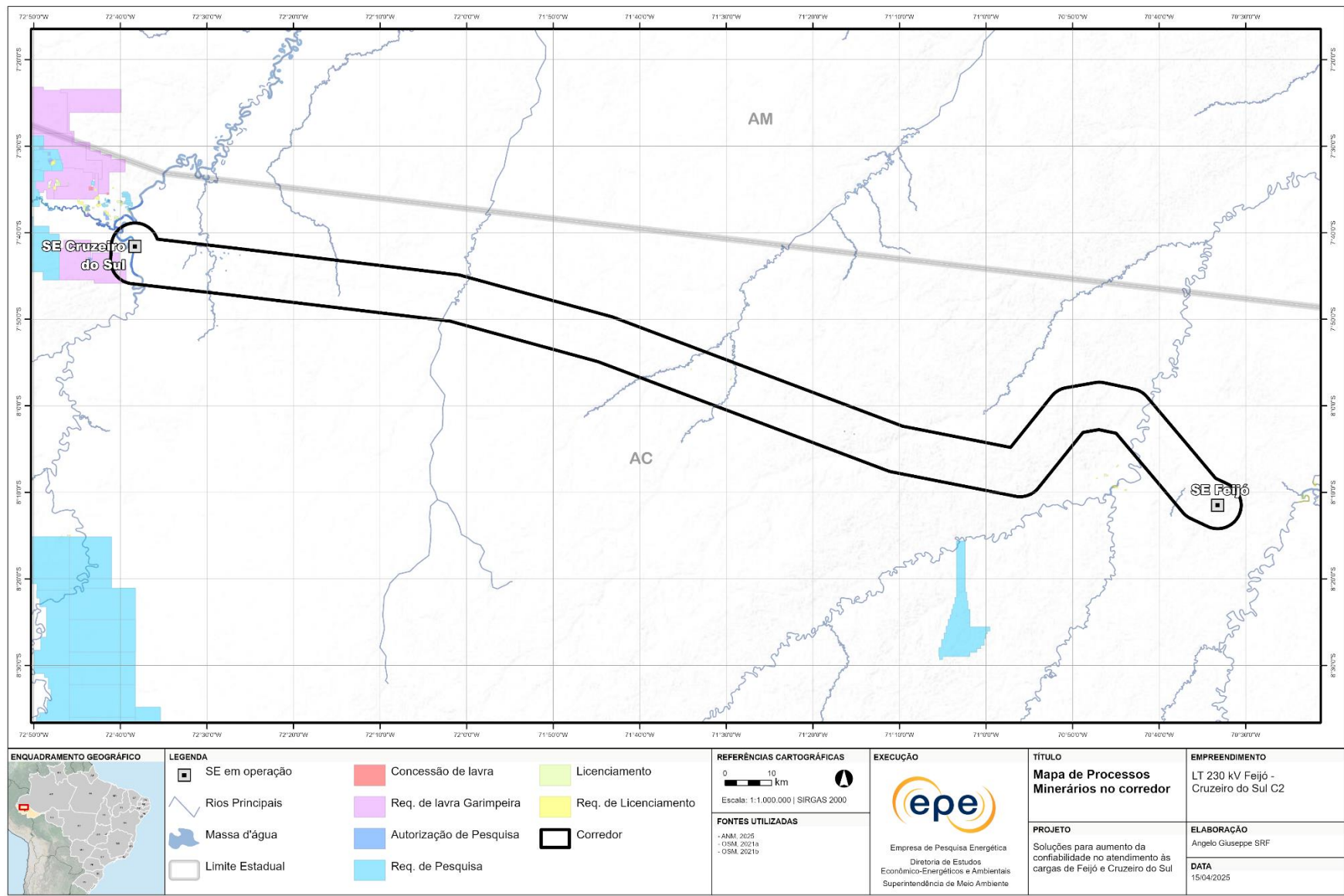


Figura 14 – Processos minerários no corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2

Áreas protegidas e com restrições legais

Ao longo do corredor, verifica-se interferência com cinco unidades de conservação de uso sustentável: a Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, a Floresta Estadual Rio Liberdade, a Floresta Estadual Floresta do Mogno, a Reserva Extrativista do Rio Gregório e a Floresta Estadual Rio Gregório.

O corredor atravessa aproximadamente 17 km do Território indígena (TI) Campinas/Katukina, que, por sua vez, é atravessado pela BR-364. Importante ressaltar a existência de uma linha de transmissão de 230 kV já instalada dentro desta TI, junto à citada rodovia.

Em reunião entre o IBAMA e a EPE, o IBAMA se posicionou pela priorização da instalação do circuito 2 (C2) nas mesmas estruturas já existentes do circuito 1 (C1), conforme considerado no licenciamento ambiental. No caso da necessidade de novas estruturas para o C2, devem-se considerar alternativas locais que acompanhem o C1 já existente, conforme estudos e análises técnicas desenvolvidas no licenciamento do C1.

Nesta região, segundo o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) N°1/2024 do Ministério Público Federal, acordado entre a Comunidade Indígena da Terra Indígena Campinas Katukina e a Transmissora Acre SPE S.A., deve-se evitar o corte de árvores do tipo Samaúma (*Ceiba pentrandia*), sobretudo no trecho da terra indígena Campinas/Katukina. Caso se verifique a absoluta imprescindibilidade de supressão, a concessionária e a comunidade indígena se comprometem a negociar um valor, de acordo com o referido TAC.

Considerando a base de dados de sítios arqueológicos georreferenciados, foram identificados 10 sítios arqueológicos no corredor (Iphan, 2025a). Porém, em consulta ao portal do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), há registro de outros sítios arqueológicos nos municípios atravessados pelo corredor (Iphan, 2025b). Como esse sistema de busca não possui representação cartográfica, tais sítios eventualmente podem também estar situados na área do corredor.

Em relação à potencialidade de ocorrência de cavernas (ICMBio, 2012), o corredor atravessa áreas classificadas com médio e baixo potencial para a ocorrência de cavidades subterrâneas. Em consulta a base de dados geoespaciais do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (ICMBio/Cecav/Canie, 2024) e ao Mapa das Áreas de Ocorrência de Cavernas do Brasil (ICMBio, 2018), não foram observadas cavidades naturais no corredor.

A análise de sobreposição com projetos de assentamento (PA) registrados no Incra (2025a) identificou a interferência direta com 10 PA ao longo do corredor analisado, conforme mostra a Figura 15.

De acordo com a base de dados consultada, não há registro de território quilombola, no corredor.

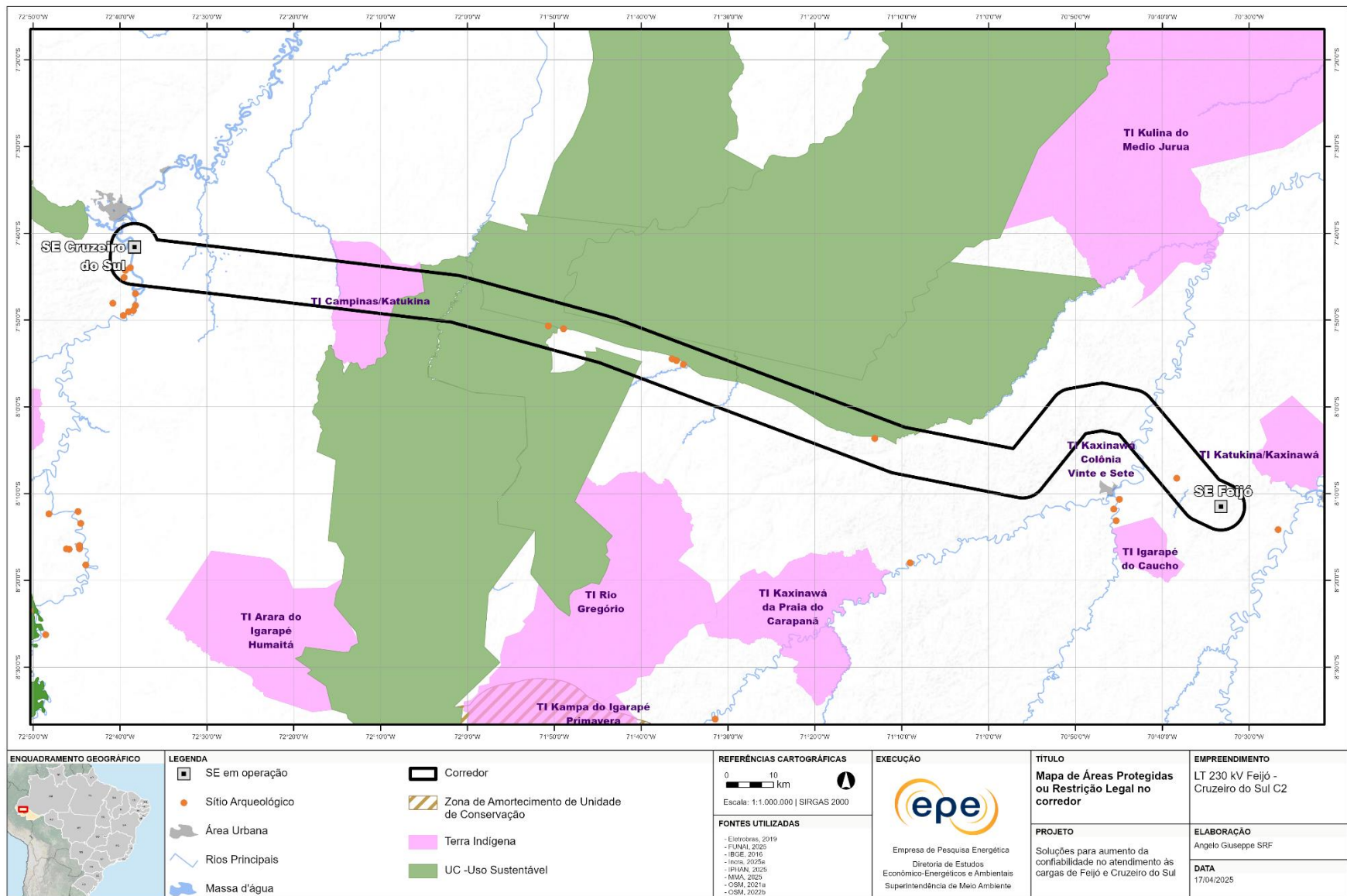


Figura 15 – Áreas protegidas e com restrições legais no corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2

Recomendações para o Relatório R3

Deverão ser estudadas criteriosamente, durante a elaboração do Relatório R3 deste empreendimento, opções de traçado para a futura LT, escolhendo-se a alternativa mais viável do ponto de vista socioambiental, fundiário e construtivo. A seguir, são apresentadas as principais recomendações para a definição da diretriz da LT planejada, quando da elaboração do referido relatório:

- Considerar os arranjos da SE Cruzeiro do Sul e da SE Feijó de forma a compatibilizar a diretriz com o espaço reservado para a conexão da LT planejada.
- Avaliar a possibilidade de o traçado seguir em paralelo às linhas de transmissão existentes, de forma a aproveitar os acessos, minimizando a supressão de vegetação e o número de cruzamentos entre as LTs na fase de construção.
- Atentar para a travessia de áreas classificadas com potencial médio para a ocorrência de cavidades subterrâneas.
- Verificar a localização dos sítios arqueológicos cadastrados nos municípios do corredor, para que a diretriz da LT planejada não tenha qualquer interferência nesses sítios.
- Minimizar as interferências com os assentamentos rurais existentes.
- Evitar que a diretriz da linha de transmissão planejada interfira com a vegetação nativa e com as áreas de preservação permanente – APP, priorizando-se as áreas já antropizadas.
- Minimizar as interferências com as unidades de conservação de uso sustentável.
- Evitar ou minimizar sobreposição com os processos minerários abrangidos pelo corredor, desviando daqueles que se encontram em estágios mais avançados.
- Buscar, sempre que possível, proximidade com rodovias e vias de acesso existentes.
- Minimizar as interferências na TI Campinas/Katukina.

4. REFERÊNCIAS

Anac. Agência Nacional de Aviação Civil, 2025. Cadastro de Aeródromos públicos e privados. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/aerodromos/lista-de-aerodromos-civis-cadastrados>. Acesso em: março de 2025.

Aneel. Agência Nacional de Energia Elétrica. 2025a. SIGA - Sistema de Informações de Geração da Aneel. Disponível em <https://dadosabertos.aneel.gov.br/dataset/siga-sistema-de-informacoes-de-geracao-da-aneel>. Acesso em: março de 2025.

_____. Agência Nacional de Energia Elétrica, 2025b. Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico – SIGEL. Disponível em: <https://sigel.aneel.gov.br/Down/>. Acesso em: março de 2025.

ANM. Agência Nacional de Mineração, 2025. Processos Minerários (arquivos vetoriais). Disponível em: https://app.anm.gov.br/dadosabertos/SIGMINE/PROCESSOS_MINERARIOS/BRASIL.zip. Acesso em: março de 2025.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil, 2010. Mapa de Declividade em Percentual do Relevo Brasileiro. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br/mapa-de-declividade-em-percentual-do-relevo-brasileiro>. Acesso em: março de 2025.

_____. Serviço Geológico do Brasil, 2012. Mapas de Geodiversidade Estaduais. Disponível em: <https://sgb.gov.br/mapas-de-geodiversidade-estaduais>. Acesso em: março de 2025.

Eletrobras. Centrais Elétricas Brasileiras, 2019. Mapoteca de Unidades de Conservação. [DG/GG/GGA]. Rio de Janeiro. versão: outubro de 2019.

Embrapa. Empresa de Pesquisa Agropecuária, 2017. Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil. Campinas, Comunicado Técnico 4, maio de 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1069928/identificacao-mapeamento-e-quantificacao-das-areas-urbanas-do-brasil>. Acesso em: março de 2025.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética, 2024. Sistema de Informações Geográficas do Setor Energético Brasileiro. Gasodutos de Transporte - Web Map EPE. Disponível em: <https://gisepeprd2.epe.gov.br/WebMapEPE/>. Acesso em: março de 2025.

_____. Empresa de Pesquisa Energética, 2025. Sistema de Informações Geográficas do Setor Energético Brasileiro - Web Map EPE. Linhas de transmissão e subestações existentes e planejadas. Disponível em: <https://gisepeprd2.epe.gov.br/WebMapEPE/>. Acesso em: março de 2025.

ESRI. Environmental Systems Research Institute. ArcGIS Pro 3.4.0. Disponível em: <https://www.esri.com/legal/software-license>. Acesso em: março de 2025

FCP. Fundação Cultural Palmares. 2025. Certificação Quilombola. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: março de 2025.

Funai. Fundação Nacional do Índio, 2025. Delimitação das Terras Indígenas do Brasil. Arquivos em formato WFS. Disponível em: <https://geoserver.funai.gov.br/geoserver/ows?service=wfs&version=2.0.0&request=GetCapabilities>. Acesso em: março de 2025.

Google. Google Earth Pro 7.3.6.10201, 2025. Disponível em: <https://www.google.com/earth/>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Base Cartográfica Integrada ao Milionésimo. Disponível em: https://geofp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bcim/versao2016/. Acesso em: novembro de 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023a. Arquivos vetoriais de Massas d'água e Drenagem do Brasil em escala 1:100.000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em: março de 2025.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023b. Limite de Estados e Municípios Brasileiros. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html> Acesso em: março de 2025.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2012. Mapa de Potencialidade de Ocorrência de Cavernas no Brasil. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa/cavernas/publicacoes/mapa-de-potencialidades-de-ocorrencia-de-cavernas-no-brasil/mapa_potencialidade_br_cecav_jun12.pdf. Acesso em: março de 2025

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018. Mapa das Áreas de Ocorrências de Cavernas no Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa/cavernas/publicacoes/Area%20de%20Ocorrencia%20de%20Cavernas>. Acesso em: março de 2025

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2024. Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas – CANIE Arquivos em formato shapefile. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa/cavernas/cadastro-nacional-de-informacoes-espeleologicas/canie>. Acesso em: março de 2025.

Incra. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2025a. Projetos de Assentamento. Disponível em: <https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em: março de 2025.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2025b. Terra Quilombola. Disponível em: <https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em: março de 2025.

Inpe. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2011. Relevo sombreado. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/acesso.php>. Acesso em: março de 2025

Iphan. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2025a. Centro Nacional de Arqueologia – Sítios Arqueológicos Georreferenciados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>. Acesso: março de 2025.

_____. Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2025b. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699/>. Acesso em: março de 2025.

MapBiomias, 2024. Projeto MapBiomias – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: abril de 2025.

MMA. Ministério do Meio Ambiente, 2023. Portaria GM/MMA Nº 834, de 9 de novembro de 2023. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/mma-n-834-de-9-de-novembro-de-2023-522161549>. Acesso em: abril de 2025.

_____. Ministério do Meio Ambiente, 2025. Delimitação das Unidades de Conservação do Brasil. Arquivos em formato *shapefile*. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/>. Acesso em: março de 2025.

OSM. Open Street Map, 2021a. Massa d'água. Disponível em: https://wiki.openstreetmap.org/wiki/Pt:Bing_Maps.

OSM. Open Street Map, 2021b. Hidrografia. Disponível em: https://wiki.openstreetmap.org/wiki/Pt:Bing_Maps.

OSM. Open Street Map, 2021c. Rede Viária. Disponível em: https://wiki.openstreetmap.org/wiki/Pt:Bing_Maps.

OSM. Open Street Map, 2021d. Rede Ferroviária. Disponível em: https://wiki.openstreetmap.org/wiki/Pt:Bing_Maps.

SNISB. Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, 2025. Mapa interativo SNISB. Disponível em: <https://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/webappviewer/index.html?id=474f370353914652a5c900066abc0f70>. Acesso em: março de 2025.

5. APÊNDICES

TABELA DE RECOMENDAÇÃO PARA O CORREDOR DA LT 230 KV TUCUMÃ – FEIJÓ C1

Corredor da LT 230 kV Tucumã – Feijó C1	
Tabela 1 - Comparação da diretriz da LT (Relatório R3) com o proposto no Relatório R1	
Responsável pelo preenchimento:	
Contato do Responsável:	
Data:	
Comparação da diretriz do seccionamento da linha de transmissão (R3) com o corredor estudado no R1	
Extensão do eixo do corredor (R1): 386 km	Extensão da diretriz do seccionamento da LT (R3):
Variação da extensão e principal (ais) motivos:	
A diretriz está inteiramente inserida no corredor?	
No caso de não inserção da diretriz do R3 no corredor do R1, informar os motivos:	
1 - Anexar o mapa contendo o corredor estudado no Relatório R1 e a diretriz proposta no Relatório R3, e os principais fatores socioambientais que influenciaram a diretriz.	
2 - Encaminhar arquivo digital da diretriz definida no R3 (formato KML e <i>shapefile</i>).	
Pontos notáveis verificados no R3, não identificados no R1	
Recomendações do R1 e atendimento no R3	
Recomendações do R1	Foi atendida a recomendação? Se não, justificar.
Considerar os arranjos da SE Tucumã e da SE Feijó de forma a compatibilizar a diretriz com o espaço reservado para a conexão da LT planejada.	
Avaliar a possibilidade de o traçado seguir em paralelo às linhas de transmissão existentes, de forma a aproveitar os acessos, minimizando a supressão de vegetação na fase de construção.	
Atentar para a travessia de áreas classificadas com potencial médio para a ocorrência de cavidades subterrâneas.	
Evitar interferência com os sítios arqueológicos sobrepostos pelo corredor.	
Verificar a localização dos sítios arqueológicos cadastrados nos municípios do corredor, para que a diretriz da LT planejada não tenha qualquer interferência nesses sítios.	
Minimizar as interferências com os assentamentos rurais existentes.	

Evitar que a diretriz da linha de transmissão planejada interfira com a vegetação nativa e com as áreas de preservação permanente – APP, priorizando-se as áreas já antropizadas.	
Minimizar as interferências com as unidades de conservação de uso sustentável.	
Evitar ou minimizar sobreposição com os processos minerários abrangidos pelo corredor, desviando daqueles que se encontram em estágios mais avançados.	
Buscar, sempre que possível, proximidade com rodovias e vias de acesso existentes.	

TABELA DE RECOMENDAÇÃO PARA O CORREDOR DA LT 230 KV CRUZEIRO DO SUL – FEIJÓ C2

Corredor da LT 230 kV Cruzeiro do Sul – Feijó C2	
Tabela 1 - Comparação da diretriz da LT (Relatório R3) com o proposto no Relatório R1	
Responsável pelo preenchimento:	
Contato do Responsável:	
Data:	
Comparação da diretriz do seccionamento da linha de transmissão (R3) com o corredor estudado no R1	
Extensão do eixo do corredor (R1): 254 km	Extensão da diretriz do seccionamento da LT (R3):
Variação da extensão e principal (ais) motivos:	
A diretriz está inteiramente inserida no corredor?	
No caso de não inserção da diretriz do R3 no corredor do R1, informar os motivos:	
1 - Anexar o mapa contendo o corredor estudado no Relatório R1 e a diretriz proposta no Relatório R3, e os principais fatores socioambientais que influenciaram a diretriz.	
2 - Encaminhar arquivo digital da diretriz definida no R3 (formato KML e <i>shapefile</i>).	
Pontos notáveis verificados no R3, não identificados no R1	
Recomendações do R1 e atendimento no R3	
Recomendações do R1	Foi atendida a recomendação? Se não, justificar.
Considerar os arranjos da SE Cruzeiro do Sul e da SE Feijó de forma a compatibilizar a diretriz com o espaço reservado para a conexão da LT planejada.	
Avaliar a possibilidade de o traçado seguir em paralelo às linhas de transmissão existentes, de forma a aproveitar os acessos, minimizando a supressão de vegetação e o número de cruzamentos entre as LTs na fase de construção.	
Atentar para a travessia de áreas classificadas com potencial médio para a ocorrência de cavidades subterrâneas.	
Verificar a localização dos sítios arqueológicos cadastrados nos municípios do corredor, para que a diretriz da LT planejada não tenha qualquer interferência nesses sítios.	
Minimizar as interferências com os assentamentos rurais existentes.	
Evitar que a diretriz da linha de transmissão planejada interfira com a vegetação nativa e com as áreas de preservação permanente – APP, priorizando-se as áreas já antropizadas.	

Minimizar as interferências com as unidades de conservação de uso sustentável.	
Evitar ou minimizar sobreposição com os processos minerários abrangidos pelo corredor, desviando daqueles que se encontram em estágios mais avançados.	
Buscar, sempre que possível, proximidade com rodovias e vias de acesso existentes.	
Minimizar as interferências na TI Campinas/Katukina.	